

IDENTIFICAÇÕES ENTRE O *ETHOS* DO TRABALHO E O DO BEM-ESTAR

Mayra Rodrigues Gomes¹

Resumo: Este trabalho é parte de extensa pesquisa sobre emissões televisivas, com coletas e observações que se estendem por um período de três anos. Explora o conceito de identidade social, ou representações sociais, e o entende como o ponto de fusão em que, pelas identificações estabelecidas, os indivíduos constroem e assumem suas subjetividades. Tal construção não se dá sem que modos de ser, valores morais e ações recomendadas, enfim, sem que posições éticas sejam assumidas. Pretende mostrar, por meio da reflexão teórica e de exemplos extraídos da produção midiática, que hoje vivemos um *ethos* com um contorno específico, pois ele se negocia entre dois eixos: o da qualificação pelo trabalho e o da condução pelo bem-estar.

Palavras-chave: identificações, dever e direito, trabalho e bem-estar.

Abstract: This paper is a partial presentation of an extensive research on television emissions during a period of three years. It exploits the concept of social identity, or social representations, and understands them as fusion point in which, by the established identifications, the individuals construct and assume their subjectivities. Such construction does not go without the assumption of ways of life, moral values and recommended actions, in short, without ethical positions. It tries to show, by way of a

.....
¹ Professora atua no Departamento de Jornalismo e Editoração na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutorado pela PUC/SP em 1998 – Livre-Docência na ECA/USP em 2003 (Corresponde à Função de Professor Associado). Autora dos seguintes livros: *Jornalismo e filosofia da comunicação*, *Poder no Jornalismo*, *Ética e Jornalismo: uma cartografia dos valores*; *Repetição e diferença nas reflexões sobre comunicação*, *Jornalismo e ciências da linguagem*. E-mail: mayra@sdev.com

theoretical reflection and examples from the media productions, that nowadays we live a very specific ethos that is negotiated between two axes: the one of work qualifications and the one of the well-being.

Key words: identifications, duty and rights, work and well-being.

O presente artigo é parte de extensa pesquisa sobre jornalismo televisivo e consiste nas observações a partir de um *corpus* que, na sua totalidade, compreende três anos de coleta das emissões de veículos com expressiva audiência¹ na cidade de São Paulo. Embora não tenhamos desenvolvido uma pesquisa comparativa rigorosa, acreditamos que as anotações feitas se aplicam, grosso modo, a outros veículos brasileiros porque é bastante fácil testemunhar um grau intenso de homogeneidade nas emissões em geral.

É, sobretudo, dessa homogeneidade que brotam nossas inquietações porque a partir dela se formam subjetividades, identidades sociais como produto das identificações, modos e costumes: o *ethos* de um povo.

Os resultados da homogeneidade devem ser vistos justamente nos processos pelos quais a repetição que a funda procura estabelecer seus efeitos de significação, seus efeitos de ordenação e de sentido, que sempre negam os devires na diferença. Tais processos, que Deleuze e Guattari denominavam redundância, em relação à comunicação,² podem ser examinados enquanto frequência e enquanto ressonância.

Enquanto frequência, dedicamo-nos a mapear um desenho de isolamento de campos e do rebatimento sobre estes, trabalho de circunscrição que é operado pela reiteração. Esse procedimento esteve ligado ao fato de que a comunicação enquanto frequência consiste na repetição temática, na colocação, em insistência, de pontos sobre os quais recaem as emissões, ou notícias, de forma a compor campos constantemente reiterados. Tais campos apareceram, durante nossos estudos, como homogêneos na relação entre os veículos pesquisados, de forma tal que todos eles apresentam um mesmo formato que identificamos como uma espécie de quadriculado a compor/organizar o espaço público.

Em nossas constatações, fomos levados a um cruzamento com trabalhos de Michel Foucault que dizem respeito à administração de campos, físicos e virtuais, na cena do social. É do legado desse pensador, que nos mostrou o surgimento das sociedades disciplinares, notoriamente a partir do século XVIII, como fundadas

¹ O Jornal Nacional, o Jornal da Record e o Jornal da Cultura.

² “A redundância tem duas formas, *frequência e ressonância*, a primeira concernente à significância da informação, a segunda (EU = EU) concernente à subjetividade da comunicação.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 17).

numa administração do espaço, administração que depende de sua divisão, classificação e ordenação, que obtivemos certa inspiração. Os mesmos processos que Foucault detectou no surgimento histórico das sociedades disciplinares, a saber, em relação aos centros urbanos, por exemplo, a divisão em quarteirões definidos, a abertura de largas avenidas, a determinação de alocar cemitérios e matadouros para a periferia e, sobretudo, a criação de órgãos supervisores para o funcionamento de todas essas instituições, pensamos ter mostrado no que diz respeito ao modo de organização, ou de apresentação, no jornalismo televisivo.

Esses trabalhos nos mostram uma tomada do espaço, físico ou gnoseológico, em sua divisão e compartimentação – uma distribuição de lugares, suas propriedades, normas e funcionalidade – que visam sempre à administração dos indivíduos pela via de uma posição definidora. O resultado dessa operação é um quadriculado que representa a visão de mundo em determinado momento, composto por quadriculos em que se inscrevem as significações dadas e os sujeitos em suas objetivações. Nesse esquema que é produto da pura redundância enquanto frequência, pudemos ver, em nosso *corpus* de análise, o cerne da homogeneização.

Assim, num primeiro momento de nossa pesquisa (GOMES, 2004), detectamos a constância de uma divisão de campo, divisão como *themata*, estabelecida pelos jornais televisivos. Tal divisão constitui-se um quadriculado que coloca os veículos estudados no ponto de aceitação implícita de uma ordenação espacial propícia à distribuição de dispositivos disciplinares, à emissão de palavras de ordem, ou seja, à colocação de regras de conduta.

Mas, a redundância enquanto ressonância, ponto em que um indivíduo se coloca numa relação de equivalência com o emissor, nosso caminho no presente estudo, supõe as identificações que o transportam de sua particularidade para a coletividade, portanto, para construção de seu *ethos* na comunidade.

Foi possível notar, em nossas observações, que a ressonância encontra sua otimização justamente pela colocação de eixos que emanam dos quadriculos estruturados, quadriculos que implicam a fixação dos modos de ver o mundo e das relações de poder instituídas. Não é de se espantar então que, dentre os *themata*, aquele prevalente seja o das notícias arroladas como atos de governo, em suas co-habilitações: as notícias sobre economia e política. Esse é imediatamente seguido por aquele da visibilidade dada às transgressões. Conseqüência natural, pois a transgressão representa a desestabilização da ordem firmada no quadriculo dedicado à governabilidade. A contrapartida à visibilidade dada às transgressões é naturalmente a que é dada a eventos culturais, às pesquisas e aos achados científicos, a personagens de destaque..., donde também emanam palavras de ordem e que são objeto de nossa reflexão no presente trabalho.

Que os eventos culturais possam constituir-se como idéias-fonte³ a partir das quais se irradiaram pontos de laço, ou objetos fazendo colimação, é talvez bastante claro quanto vemos a cultura erudita, ou a popular ou uma contracultural ser erigida em bandeiras para movimentos grupais. *Woodstock* certamente é um exemplo de como se faz ressonância e grupo em torno de uma proposta cultural que jamais deixou de ter o cunho abrangente de linha de fuga a uma estratificação. Naturalmente há objetos nessa história, história que nos conta como foram rapidamente incorporados enquanto segmentos de mercado. Aliás, eles o foram com a conivência de participantes envolvidos originalmente nesses movimentos; basta pensarmos a conversão de objetos não industrializados, produtos naturais e artesanais, a objetos de consumo, enfim, promessas de realização pessoal em que sempre se fundam as identificações.

Lógica semelhante se aplica às descobertas científicas, se as tomarmos numa perspectiva mais ampla enquanto modos diferenciados de agir sobre o mundo. Esse é o exemplo da polêmica em torno dos transgênicos que certamente é ponto de ressonância, sempre em relações opositivas, tanto para os que são a favor quanto para os que são contra os produtos com essa origem. Também aí há marcas, há objetos a serem tomados, ou não, como laço social e matriz de linhas de conduta. O movimento, na Europa, de recusa à compra de alimentos transgênicos, é exemplo de laço e desenlace entre grupos de pessoas.

Contudo, numa outra perspectiva, os feitos científicos constituem idéias-fonte ao trazerem consigo a noção de realização de um projeto de emancipação da humanidade, projeto há muito acalentado. Nesse sentido, qualquer descoberta, qualquer “avanço” é ponto de coalizão em torno da ciência como condutora de grupos, no caso, não mais local ou extemporâneo, mas referente a todo o humano. As ações que daí possam derivar-se – respostas à nova vacina a ser aplicada, ao novo planeta a ser incorporado ao sistema solar, etc. – ligam-se à idéia de um trabalho do homem e, portanto, a uma idéia específica do humano que o coloca em direção ao saber total, à plenitude.

Quanto aos personagens de destaque, podemos categorizá-los em suas especificidades: há os que se apresentam na mídia pela sua posição de poder, econômico ou político; há os que são apresentados por méritos reconhecidos, como *experts* em algum assunto, atribuição que se desdobra na notação de artistas consagrados. Há uma terceira categoria cuja colocação se justifica unicamente pela contínua presença, ou projeção, na própria mídia.

.....
³ Empregamos o conceito de idéia-fonte no sentido em que foi cunhado por Serge Moscovici, a saber (e de modo simplificado), como idéias com contornos universais, prenes de significados, de valorações e de implicações éticas, que funcionam como ponto de ligação, por compartilhamento, entre os indivíduos.

Grosso modo, essas personalidades operam como modelos, exercem uma função na narrativa de mundo, objetivam imagens e comportamentos, que encontram então um estereótipo, e atuam como pontos de identificação: objetivação de desejo. Que o programa *Big Brother* seja uma encenação, que seja um “efeito de real”, no sentido em que Roland Barthes o colocou, ninguém discorda. Mas a cena mostrada, ainda que se desenrole em jogos de poder, é a cena das condutas apropriadas: da retidão de caráter, da solidariedade... enfim, exemplarmente educativa. As figuras, enquanto funções narrativas, estão todas ali apesar de serem encarnadas por tipos que povoam nossa contemporaneidade. Elas também se delineiam como idéias- fonte, pontos de identificação e ressonância que motivarão o espectador a levantar o fone do gancho e a manifestar-se a favor de um ou outro personagem.

É claro que uma série de objetos de desejo se irradia a partir dessas funções. Não é por acaso que testemunhamos o fato de que artistas televisivos tenham sistematicamente lançado marcas de roupas, cosméticos e até produtos alimentícios, todos em seus nomes, fazendo uso, mercadologicamente, de uma relação de objeto que, pela identificação, faz laço social e fundamenta modos de agir.

As bonecas brancas (réplicas de apresentadoras de programas infantis) para meninas negras, por exemplo, motivo de tanta disputa e empreendimentos pela consideração à diversidade e à representatividade, geram movimentos, do nosso ponto de vista, justificáveis em relação ao princípio de respeito às diferenças que supõe uma adequada representação social. Em nossa concepção, estão na direção correta quando pensam compensar a absurda anomalia de um ideal de eu que incorpore a cor branca como protótipo.

No entanto, esses movimentos se mostram equivocados ao deslocarem o centro da questão da identificação quando sustentam seus argumentos na condição de não- representação das características físicas da criança negra. No que diz respeito às identificações, e lembremos que faz parte delas ignorar um traço ou traços em prol de uma marca comum, as crianças negras estavam muito bem representadas, a saber, identificadas enquanto crianças a brincar, a desejar, a perseguir ideais de um tempo e lugar: um eu ideal que certamente prescindia da diferença de cor para firmar as coordenadas culturais de um tempo e lugar. Tanto assim que, ainda que na cor escura, as bonecas “politicamente corretas” se moldam com traços absolutamente indissociáveis do padrão branco/europeu/ocidental.

Esse assunto, que é o das bonecas, as de tantas personagens midiáticas, nos leva a considerar outras coordenadas porque, com ele, estamos próximos demais da colagem de uma imago. A psicanálise já nos alertou sobre esse ponto em que o objeto de identificação não mais remete a uma promessa de realização, não mais remete a um ideal. Isso porque o objeto não mais está ali como ponto de irradiação de idéias-fonte, mas como a própria encarnação da idéia em uma figura, não mais substitutiva ou objetivação da idéia, em uma figura que é uma pessoa em particular. Os fãs-clubes nos

remetem à identificação em torno de uma personagem-objeto vista como ideal de eu, mas também nos falam do desejo de “colocar-se na mesma situação”.

Já começamos a adivinhar que o laço mútuo existente entre os membros de um grupo é da natureza de uma identificação desse tipo, baseada numa importante qualidade emocional comum, e podemos suspeitar que essa qualidade comum reside na natureza do laço com o líder. (FREUD, 1976, p. 136).

Se os fãs-clubes se desenham a partir de uma qualidade emocional comum, o fã se desenha noutra inscrição. Para o fã, opera-se uma limitação ao seu narcisismo pelo amor a outros, pelo amor a objetos. É nesse amor a objetos que reside um impasse, pois no limite do estar amando, digamos então estar *apaixonado*, há uma inversão pela qual o próprio objeto de identificação vem ocupar o lugar do ideal de eu, a saber, daquilo que cada um procura ao longo de uma vida como formação “perfeita” de si mesmo.

Ora, não é de se estranhar então que, no extremo de algumas identificações com personagens midiáticas, tenhamos atos que extravasam: a perseguição, a posse, a agressão. O assassinato de John Lennon, entre outros, se desenha nesse quadro. A questão da identificação e a do papel de personagens-destaque, talvez fique ainda mais clara se seguirmos os passos de Renato Mezan quando comenta o resultado das eleições para prefeitura de São Paulo, a partir da campanha eleitoral de 2004.

Tivemos então dois candidatos favoritos correndo lado a lado: Marta Suplicy e José Serra. Mezan nos lembra no voto, como o faria Freud, do laço emocional.

Sim, porque o voto não é apenas o exercício de um direito por cidadãos adultos e responsáveis, que deliberam racionalmente sobre diversas propostas para o bem da pólis. Na adesão a este ou àquele candidato, pesam decisivamente fatores emocionais: escolher um governante significa atribuir a alguém poder e autoridade sobre nós e, do ponto de vista da psicanálise, atribuir a esse alguém posição análoga à de um pai. (MEZAN, 2004, p. 05).

Os dois candidatos foram apresentados então como objetos, e o fator determinante para o distanciamento ou a aproximação, foi uma, ou mais, idéias-fonte a eles vinculadas. No caso, de acordo com a proposição da escolha da figura do pai, a idéia-fonte é a do amparo, a da consideração, idéia bem-explorada pela campanha de Serra. Em contrapartida, situa-se outra idéia-fonte, agora negativa para alguns, que é a do orgulho e da arrogância de Marta.

Mezan descreve a arrogância como ligada a um quadro narcísico, ou seja, de alguém demasiado centrado em si mesmo, que não compreende como não reconhecerão sua justa reivindicação à prefeitura, reivindicação colocada como direito a partir de sua competência, que de resto não foi muito contestada por ninguém. O que importa é que o narcísico é visto, ainda que faça o bem para a comunidade,

como aquele que visa primordialmente a si próprio. E essa autocolocação, ainda que respaldada pela competência, sugere, no limite, o desamparo do eleitor.

Retomo aqui os exemplos de entrevistas arroladas por Mezan com os dois candidatos, concedidas à “Veja São Paulo” e publicadas em 27/10/04, porque servem para explicar a presença influente tanto de outros políticos, durante o período de nossas observações, quanto de outras figuras que povoam as mídias.

*“Quem foi o melhor prefeito de São Paulo?” Marta: Eu. Serra: Prestes Maia;
“Um luxo?” Marta: Banho de banheira com sais. Serra: Comprar DVDs;
“Um hobby?” Marta: Tenho talento para pintar. Serra: Ver filmes;
“Uma qualidade?” Marta: Determinação. Serra: Minha capacidade para
me colocar no lugar dos outros. (MEZAN, 2004, p. 06).*

Na questão da identificação, pouco importa a verdade das palavras em relação ao que o candidato realmente é: importa a imagem fundada, a coalescência de significados que marca as idéias-fonte, no caso, a do jogo amparo/desamparo. Outras idéias-fonte se irradiam a partir dessas assim como outros objetos, ressoando a esses dois, se irradiam na promessa de realização em que se ancora um laço emocional.

Da mesma forma, uma concepção de personagens de valor, dos homens e da humanidade enquanto dignificados, deve aparecer nessas emissões televisivas para que o espectador as tome, então, como pontos em virtude dos quais permanecerá colado à sua cadeira e ao canal televisivo.

Os tópicos, quadrículos ou *themata*, que circunscrevem os movimentos por direitos humanos, as atividades esportivas, as estatísticas e reportagens sobre as condições de vida, assim como os modos em que essa se desenrola em diferentes espaços, têm suas tonalidades, que não deixaremos de comentar. Contudo, esses tópicos trazem como pressuposto uma concepção específica de homem, ponto de ressonância para o pensamento ocidental.

Podemos retomar aqui uma definição que nos alimenta quando assumimos: “O sujeito é sempre uma derivada. Ele nasce e se esvai na espessura do que se diz, do que se vê.” (DELEUZE, 1995, p. 134). Do que se diz do homem moderno podemos encontrar obras que exploraram muito bem a questão.

Diz-se, em primeiro lugar, que ele deve ser julgado por sua funcionalidade e produtividade, a saber, por seu trabalho. Tornou-se corrente, na procura de compreensão de um indivíduo, uma pergunta que, ao contrário da antiga que se pautava pela origem ou pelo parentesco, hoje se coloca em cima do que a pessoa “faz”. Às vezes ela vem, em momentos de introdução social, na forma direta: “Com o quê você trabalha?”

Recorremos a outro processo diferencial para ilustrar a questão. Quando Gun R. Semin utiliza o exemplo de uma classificação segundo os signos zodiacais,

para aqueles que os vêem como vetor definidor, diante da resposta sobre a data de nascimento há uma série de imagens que acompanham a nomeação e que determinam as interações possíveis, ou até a própria possibilidade de interação. Nesse ponto vemos a essência das representações sociais em seu patamar cognitivo, a saber, sua constituição como pontos de referência para interpretação de pessoas e situações, como ponto a partir do qual a comunicação com outra pessoa pode se dar e, sobretudo, como ponto onde se firmam concepções éticas. Em relação à pergunta sobre a data de nascimento, esse autor nos dirá: “Basta uma simples palavra ou frase, como a pergunta inicial, para mobilizar uma representação social.” (SEMIN apud JODELET, 2001, p. 209).

É claro que há aí uma redução drástica de tudo aquilo que uma pessoa é, muitas vezes delineado por aquilo que ela virá a ser. Trata-se então de uma apreensão por estereótipo, neste caso um protótipo, ou modelo, os modos como ordenamos o mundo, em função coextensiva à linguagem, sede de processos cognitivos que implicam expectativas e reações de ambas as partes. Os estereótipos trazem um máximo de informação reduzida a um mínimo de esforço cognitivo, trazem a determinação das relações interpessoais possíveis.

Não entraremos aqui nos processos de formação dos estereótipos, pois, do ponto de vista de nossa presente busca, basta saber que eles operam por diferenciação e redução e marcam os pontos de identificação, os pontos de ressonância.

Eis por que a funcionalidade de tais classificações e processos de classificação depende de atividades e objetivos da pessoa e por que os processos de categorização e de classificação humana são, por essência, sociais, funcionais e repousam sobre bases discursivas” (SEMIN apud JODELET, 2001, p. 213).

A mesma lógica se aplica à pergunta e à resposta sobre o que alguém faz, e a prova da classificação, de sua função como representação social, de sua colocação como protótipo, de seu papel hierárquico (ou colocação como estereótipo e toda gama de marcas positivas e negativas que o acompanham) está no fato de que ninguém estará livre de um certo desconforto, dependendo da situação em que a questão é posta, com relação ao que faz. Nas funções cognitivas e nas representações sociais, os estereótipos são centrais, portanto, são centrais também a formação de grupos, as identificações por delinear tanto um ideal de eu quanto apontarem para objetos e ações de sua realização.

Acreditamos ver um excelente exemplo desses processos na moda, não muito distante temporalmente, de colocar um adesivo no vidro traseiro dos carros, adesivo cujos dizeres seguiam, mais ou menos, na seguinte direção: “Hei de vencer apesar de ser professor.” Nessa frase, e na circunscrição de campo “professor”, estão implicados, a um só tempo, um valor simbólico e um valor mercadológico; marca-

se um estereótipo para a categoria professor e as idéias-fonte aí subsumidas, assim como um agir que lhe condiz.

A categoria trabalho, como ponto de instalação de representações sociais, ponto de sustentação de idéias-fonte e, portanto, como ponto de irradiação de objetos, ele próprio afinal um objeto bem-explicito no caso de um *workaholic*, é coisa atemporal. Mas há um deslocamento de seu papel, no sentido de superestima, a partir do século XIX. Certamente Paul Lafargue pressentia que o trabalho se tornava a categoria pela qual socialmente se definia o homem ao escrever seu *O direito à preguiça*. Mas, para ele o enfoque é antes o da imposição e da exploração do que o estatuto especial que essa categoria viria a assumir.

Já o Grupo *Krisis*, ao colocar o trabalho como ideologia, vai ao cerne da questão. É então obrigado a destacar que, após uma história sangrenta de imposição do trabalho, afinal o movimento dos trabalhadores é um movimento pelo trabalho, por sua reivindicação em termos de direito ao trabalho justamente quando o trabalho está em crise no sentido de que sua oferta tende a minguar. Não é por nada que em todas as campanhas políticas vemos os candidatos prometerem mais empregos, na contramão de uma lógica à qual não podem fazer face. E também não é por acaso, diante desse quadro, que “o aposentado torna-se o adversário natural do contribuinte; o doente, o inimigo de todos os assegurados, e o imigrante, objeto de ódio de todos os nativos enfurecidos”. (KRISIS, 2003, p. 83).

Essa é a razão pela qual Robert Kurz, um dos pensadores vinculados ao Grupo *Krisis*, ressalta que o homem considerado pela Declaração Universal de Direitos Humanos é um homem *solvente* (KURZ, 2003). E ele não deixa de ter razão se levarmos em conta o art. 23 da Declaração em seus três itens que rezam:

- I. Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- II. Todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
- III. Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Não há como negar que o homem a quem se dirigem essas palavras, o homem dos direitos universais, é o homem que trabalha, que paga a si próprio, que é, portanto, solvente. Não há dúvidas de que estão aí apresentadas as possíveis representações sociais em torno do trabalho, assim como as relações objetivas que daí, eventualmente, emergem. Dessa forma, o trabalho e a funcionalidade social são eixos de valoração dos homens e, conseqüentemente, como idéias-fonte a partir das quais um *ethos* encontra sua equação.

Em coexistência a essa definição do homem pelo trabalho, há uma outra que nos acompanha hoje em dia, tantas vezes comentada, que descreve nossos tempos como o do homem com ênfase em sua individualidade. Trata-se, nessa ênfase, de ver o homem com direito à definição de sua subjetividade, com direito a escolhas sobre seu modo de ser na busca de uma realização/satisfação pessoal.

A política dos direitos humanos, entre outras razões, e passaremos por cima de suas razões de origem e até dessa redução dos direitos ao direito daquele que trabalha, conduz ao individualismo, e a moral moderna, construída em torno desses direitos, induz à constância de antinomias. Por um lado, reivindica os direitos individuais e, por outro, reivindica o dever para com os interesses da comunidade e o dever para com essa assunção do trabalho como eixo de definição pessoal.

A felicidade se sobrepõe ao dever, mas a incitação a ela, ou a sua satisfação imediata, sempre posta em termos de liberdade individual de expressão, de opção etc., é comandada por uma “gestão racional do tempo e do corpo em busca da excelência e da qualidade de vida”. (LIPOVETSKY, 1994, p. 65). A lógica do bem-estar, a ser realizada numa administração constante da saúde e da higiene, na supervisão e contenção, é acompanhada de uma proliferação de objetos (materiais e simbólicos) a promover sua realização, objetos propedêuticos a essa gestão.

É assim que somos ensinados sobre um melhor aproveitamento dos movimentos despendidos na execução de um trabalho de forma a transmutar nossa mobilidade em exercícios para educação do corpo. Do mesmo modo se insinuam as recomendações alimentares, os objetos que adquirimos: a cadeira que favorece uma otimização postural, etc. O homem, pela visada da individualidade, é reduzido às coordenadas do bem-estar que, de resto, parece tudo permear.

Quanto a isso, na coleta que compõe nosso *corpus* de estudo, em 3 de março de 2004, há uma ocorrência exemplar. O *Jornal da Cultura* noticia campanha internacional em que mil mulheres do mundo todo foram indicadas ao Prêmio Nobel da paz por suas ações pelos direitos humanos. A notícia é acompanhada por declaração dos promotores da campanha: “O novo nome da paz é bem-estar.” A lógica do bem-estar sobredetermina a da felicidade e da paz, mas, como dissemos, vem com um pacote disciplinar que corre em antinomia às propostas individualistas.

Em consonância com esses processos, somos constantemente bombardeados, pelas mídias, com notícias relacionadas aos hábitos saudáveis, ou aos modos de vida desejáveis, às ações pela saúde, empreendidas pela ciência e pelo Estado na aplicação dos resultados científicos, como no caso das vacinas distribuídas gratuitamente aos idosos (estes com direitos especiais e amparo legal). Medições, levantamentos e estatísticas reforçam as realizações e também as necessidades.

Tudo isso supõe uma política de gestão do corpo e da sexualidade. É fato que ambos, historicamente, têm sido o centro a partir do qual representações sociais se delineiam; mais que isso, a própria subjetividade se constrói. Mas aqui uma outra

questão se insinua. Trata-se da abordagem utilitária pela qual tudo o que devemos realizar com o corpo deve ser posto em termos de suas razões funcionais (o trabalho como fim último), jamais em termos de prazer.

Nesse ponto, Contardo Calligaris se refere a uma forma de identidade brasileira precisamente relacionada ao uso dos prazeres enquanto fruição, e em outros espaços os prazeres são tomados instrumentalmente.

Será que aqui deveríamos invocar com orgulho a exceção brasileira? Afinal, não é verdade que, do lado de baixo do Equador, o prazer estaria em casa, autorizado e reconhecido (até demais)? Certo, no Brasil, praticamos uma assídua retórica do prazer: queremos cervejinha gelada, caipirinha na praia e bunda gostosa. Mas é por que sabemos aproveitar a vida ou para confirmar a identidade nacional? O prazer é nossa experiência ou é um estereótipo que carregamos a tiracolo, como um mexicano passaria de sombrero ou um francês de baguete? (CALLIGARIS, 2002, p.03).

Boa pergunta. Contudo, acreditamos que podemos respondê-la por meio de uma ocorrência nos jornais televisivos que gravamos ao longo destes últimos anos de pesquisa. Por ocasião da Copa Mundial de Futebol no Japão, houve um dia cuja matéria enfocava os turistas brasileiros, torcedores, que haviam ido a esse país para acompanhar os jogos. A matéria reforçava a perplexidade da polícia japonesa com a espontaneidade e vivacidade dos brasileiros, sua dificuldade em contê-los em suas explosões de alegria e seu modo de “curtir” a vida.

Ora, as cenas filmadas no Japão mostravam, ao contrário, tranqüilidade por parte da polícia e comportamento alegre, mas equilibrado, por parte dos turistas. Nada indicava excesso, nada indicava perplexidade. Em nossas identificações portamos, com orgulho, nossos mitos, nossas identidades sempre imaginadas, nossas representações, sempre construídas e, às vezes, agimos segundo elas na confirmação como realidade daquilo que é fabulação.

Na questão de administração do corpo, não só na visada das idéias-fonte de saúde e higiene, mas também no enfoque da disciplina do controle, introduzem-se as matérias sobre esporte, porque esses, afinal, se compõem com a formação dos corpos e das subjetividades, nas identificações anunciadas.

É num crescendo, a partir do século XVII, como nos aponta Philippe Ariès, que os jogos passam a ser supervisionados, tarefa de regulação assumida pelos jesuítas. Os jogos, antes indistintamente praticados por adultos e crianças, às vezes mantidos pela plebe e por crianças quando não mais eram prestigiados pela nobreza, ou seja, não estavam na moda, passam a ser classificados em função de faixas etárias e em função de uma formação do corpo. No século XVIII “estabeleceu-se um parentesco entre os jogos educativos dos jesuítas, a ginástica dos médicos, o treinamento do soldado e as necessidades do patriotismo”. (ARIÈS, 1981, p. 66).

Entretanto, para efeito das identificações, interessa-nos a notação de Johan Huizinga de que a partir do século XIX há a formação de regras específicas e uma passagem da diversão para a competição organizada, com o nascimento de associações em torno das diversas modalidades de esporte. Se para ele “esta sistematização e regulamentação cada vez maior do esporte implica a perda de uma parte das características lúdicas mais puras”. (HUIZINGA, 2001, p. 219), para nós ela representa a formação de novos grupos, novos quadros de representação social, novos quadros de identificação, novos quadros de normas ou regras de conduta.

Basta tomarmos os times de futebol, suas torcidas e os modos com os quais eles se apresentam nas mídias para vermos a estrutura das identificações e uma identidade social vivenciada como abrangente, embora se constitua pela eleição de um traço comum em esquecimento de todos os outros dessemelhantes. No caso de campeonatos mundiais, é a identidade nacional, em sua infinita variância, que estará investida como unidade no time que representa o País, e a ressonância se instala para o espectador, ainda que ele não seja fã de futebol, por exemplo. No caso de times locais, podemos ver a identificação se constituir às vezes por questões de origem racial, às vezes por questões de classe social, às vezes pela localização geográfica, pelo bairro que abriga ou abrigou a sede de um time. A compreensão dessas formações é talvez de conhecimento comum nos dias de hoje.

Talvez estejamos mudando nossos padrões de construção da identidade. A maneira como a gente diz que é talvez não esteja mais se referindo a essa espécie de busca de si, perdido no passado infantil, mas muito mais à adesão a certas formas de conduta social que nos premiam e nos punem se nos desviamos – seja o corpo, o tipo de trabalho que nos é oferecido, a visibilidade do espetáculo etc. (COSTA; KATZ, 2005, p. 41).

Naturalmente, as afirmações de Jurandir Freire Costa e de Chaim Samuel Katz se desenham na perspectiva da experiência analítica, mas também nos remetem a esse ponto de fusão dos indivíduos nas formações grupais que lhes oferecem as identidades sociais e, portanto, as linhas de conduta a serem assumidas.

De qualquer modo, em nossa contemporaneidade, como podemos ver com facilidade nas emissões televisivas, as condutas se jogam como dilema entre um projeto de dívida social, ou dever, e um projeto de dívida individual, ou direito de realização. Nessa via de mão dupla, o comando de gestão do corpo, em prol de equilíbrio, coloca um ponto de fusão, ou ressonância, e marca um *ethos* com contorno específico, pois ele se negocia entre dois eixos: o da qualificação pelo trabalho e o da condução pelo bem-estar.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARTHES, Roland. El efecto de realidad: *lo verosímil*. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1970.
- CALLIGARIS, Contardo. A educação sexual e o uso do prazer. *Folha de S. Paulo*, 18 jul. 2002, Ilustrada.
- COSTA, Jurandir Freire; KATZ, Chaim Samuel. Fim do espanto. *Folha de S. Paulo*, 03 jul. 2005, Caderno Mais.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs*: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995a v. 1.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs*: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995b v. 2.
- FREUD, Sigmund. *Psicologia de grupo e análise do ego*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 18. Edição Standard Brasileira.
- GOMES, Mayra R. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Edusp/Hacker, 2000.
- GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: Conrad Livros, 2003.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- KURZ, Robert. Paradoxos dos direitos humanos. *Folha de S. Paulo*, 16 mar. 2003.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Unesp, 1999.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O crepúsculo do dever*: a ética indolor dos novos tempos democráticos. Lisboa: Dom Quixote, 1994.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MEZAN, Renato. Os sofrimentos do eleitor. *Folha de S. Paulo*, 21 nov. 2004, Caderno Mais.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PROPP, Vladimir. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- SEMIN, Gun R. Protótipos e representações sociais. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Uerj, 2001.